

**Turismo Rural no Meio-Oeste de Santa Catarina:
características de gestão da atividade¹**

Marcos Luiz Filippim²
Valmir Emil Hoffmann³
José Elmar Feger⁴

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc
Universidade do Vale do Itajaí – Univali

Resumo

Este trabalho analisa as características de gestão de empreendimentos turísticos do meio rural apresentando uma parcela dos resultados de uma pesquisa sobre o turismo rural na região do Meio-Oeste do Estado de Santa Catarina. Essa modalidade de turismo apresenta um caráter recente, sendo que as primeiras iniciativas surgiram no Planalto Serrano Catarinense. O trabalho se trata de um estudo descritivo, realizado sob uma perspectiva quantitativa. A análise contemplou a caracterização dos empreendimentos, as dificuldades e facilidades encontradas pelos gestores. As principais atividades são serviços de alimentação e áreas de camping. Os empreendimentos têm pouco tempo de existência e mantêm atividades agropecuárias além do turismo. As dificuldades apontadas são ligadas a aspectos financeiros; a maioria pretende aumentar a oferta de serviços e o grau de formalização dos estabelecimentos é baixo.

Palavras-chave: Turismo Rural, Gestão do Turismo Rural; Empreendimentos de Turismo Rural.

1. Introdução

Os estudos teóricos e a própria exploração da atividade turística no meio rural, constituem fenômenos recentes no Brasil. Conforme Tulik (2003), o município de Lages, situado no Planalto Serrano Catarinense, foi o pioneiro na exploração do turismo rural no país, onde, a partir de meados dos anos 80 do século XX, passou-se a buscar novas alternativas de renda para as tradicionais fazendas de gado da região, sendo que o turismo apresentou-se como uma opção adequada, pois os recursos paisagísticos aliados ao clima típico da serra, representavam potenciais atrativos para o mercado turístico emergente.

No caso da Região Meio-Oeste de Santa Catarina, aqui entendida como a área de abrangência da 7ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, com sede em Joaçaba, surgiram algumas iniciativas ligadas ao turismo rural a partir de meados dos anos 90 do século

¹ Trabalho apresentado ao GT “Turismo e Gestão Organizacional” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Graduado em História (Unoesc), Especialista em Administração Pública (Unoesc) e Mestre em Turismo e Hotelaria (Univali), marcos.filippim@unoesc.edu.br

³ Graduado em Ciências Econômicas (Univali), Mestre em Administração (UFSC) e Doutor em Administração pela Universidade de Zaragoza, Espanha, ehoffmann@univali.br

⁴ Bacharel em Administração (UnC), Mestre em Desenvolvimento Regional (Furb), Doutorando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (Unisc), joseelmar.feger@unoesc.edu.br

passado. A criação do curso de turismo e administração hoteleira, realizada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina em 1998 pode ter contribuído para a discussão de temáticas relacionadas a esse tema. No entanto, a pesquisa acerca da exploração do turismo rural na região ainda demanda investigações que possam contribuir para o seu desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

A exploração do turismo no meio rural, como atividade econômica geradora de renda e novas oportunidades vem aparecendo como objeto de preocupação não apenas da academia, mas também é recorrente nos programas governamentais em todas as esferas e é entendida como uma alternativa complementar para o homem do campo, para quem a criação de animais e cultivo da terra não constituem mais meios exclusivos de ganhar a vida. Observa-se o surgimento dos conceitos de multifuncionalidade do meio rural e pluriatividade das famílias, fenômeno que possibilita a perspectiva de dinamização do campo. O turismo insere-se nesse contexto e pode contribuir para a preservação ambiental e cultural, valorizando o agricultor e seu trabalho (SANTA CATARINA, 2002).

Cabe observar que o surgimento do turismo rural não implica na exclusão de outras práticas produtivas preexistentes. Pelo contrário, acaba por promover sua valorização. É nesse contexto que a pesquisa foi realizada, buscando analisar as principais características do turismo rural no Meio-Oeste de Santa Catarina. A consecução desse objetivo geral demandou a caracterização dos empreendimentos de turismo rural localizados na área de abrangência da 7ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Santa Catarina e o levantamento das potencialidades e dificuldades encontradas pelos empreendedores na exploração da atividade.

Os objetivos enumerados foram atingidos através da realização de uma pesquisa de campo erigida em uma perspectiva quantitativa, utilizando-se de métodos estatísticos na análise dos resultados.

2. Metodologia

A opção metodológica deste trabalho seguiu uma abordagem descritiva de corte transversal. O cumprimento dos objetivos da pesquisa demandou a elaboração de dois questionários, sendo um deles destinado aos turistas e outro aos empreendimentos. Neste artigo, discutem-se apenas os resultados do instrumento destinado aos gestores dos empreendimentos. Nesse caso, o mesmo foi aplicado nas propriedades rurais que os abrigam e respondido pelo proprietário ou responsável e não houve delimitação de amostra, uma vez que se realizou o censo, ou seja, foram interrogados todos os estabelecimentos de turismo rural que a pesquisa identificou na região. Chegou-se a 21 respondentes, sendo que a identificação dos

mesmos se deu a partir de informações colhidas nas prefeituras locais e em organismos de planejamento e desenvolvimento do turismo, públicos e privados.

A pesquisa contemplou os 12 municípios que compõem a Região da 7ª Secretaria de Desenvolvimento Regional, com sede em Joaçaba, e corresponde ao Meio-Oeste do Estado de Santa Catarina. Os municípios são: Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tílias e Vargem Bonita. Note-se, no entanto, que em alguns desses municípios não foram identificados empreendimentos de turismo rural.

O instrumento de pesquisa utilizou questões abertas e fechadas, assim como variações da escala de Likert para medição do grau de satisfação ou avaliação dos respondentes em relação a diversos aspectos do objeto de estudo. O conteúdo dos questionários foi pré-codificado através de um *software* empregado na realização de pesquisas desse gênero. A mesma ferramenta permitiu a tabulação dos dados, assim como a construção dos gráficos e tabelas usados no tratamento dos resultados.

3. Turismo rural: aspectos conceituais e conformação da atividade no contexto regional

O turismo rural apresenta um caráter recente no Brasil. A literatura disponível é marcada pela dissensão entre os autores acerca de diversos pontos, entre os quais a própria definição conceitual do que seja o turismo rural. De acordo com Filippim (2004) o objeto do embate teórico situa-se no fato de que alguns autores denominam genericamente como “turismo rural” qualquer modalidade de turismo realizada fora da área urbana, enquanto outros consideram que a caracterização desse tipo de turismo implica na necessidade de o mesmo “estar [...] associado a valores culturais, ao estilo de vida, ao imaginário e às práticas laborais do campo” (FILIPPIM, 2004, p. 20).

Considerando que a perspectiva em que se pretende desenvolver a investigação visa contemplar as características típicas regionais, o conceito que será usado no estudo terá a seguinte conformação, que é convergente aos objetivos da pesquisa: “Turismo rural – viagem que envolve vivência em propriedades rurais, usualmente com o acompanhamento da rotina de trabalho destas” (TURISMO: VISÃO & AÇÃO, 2000, p. 39).

Autores como Trigo (1991) e Barreto (1998) apresentam o turismo rural como alternativa ao turismo de massa pois implica na convivência dos turistas com os proprietários dos empreendimentos e sua participação no dia-a-dia da vida do campo. Talavera (2000) sustenta que esse tipo de visitação pode resgatar áreas economicamente estagnadas e também apresenta um efeito positivo na preserva o de áreas naturais: “O turismo rural [...]   hoje

contemplado como ferramenta estratégica na conservação do meio-ambiente e na preservação das culturas locais” (TALAVERA, 2000, p. 152).

Conforme Filippim (2004) geralmente os empreendimentos turísticos rurais associam dois ou mais serviços, de sorte que, mesmo os estabelecimentos de hospedagem, normalmente também recebem pessoas para visitas de apenas um dia ou um período, sendo que esses visitantes consomem serviços de gastronomia e lazer do local. Assim, há uma variada gama de produtos ou serviços turísticos que são colocados à disposição dos turistas.

Nesse mesmo sentido, Oliveira (2002) observa que a heterogeneidade da demanda determina uma ampla diversificação dos serviços oferecidos, assim como das interpretações e apreciações acerca de sua qualidade. O mesmo autor pondera que o caráter de intangibilidade do produto turístico não permite que o mesmo seja avaliado segundo características de peso, tamanho, cor ou formato, mas implica na credibilidade de uma promessa de satisfação a partir da forma como esse produto é apresentado aos potenciais usuários. Assim, a publicidade dos destinos evidentemente exerce uma forte influência na decisão de compra.

Para Filippim (2004), o turista cria um conjunto de expectativas acerca do mundo rural, a partir da publicidade de destinos, depoimentos de outras pessoas, e também através das artes: a idéia de um homem do campo ingênuo foi fartamente retratada no cinema nos filmes de Amácio Mazzaroppi, o bucolismo das áreas rurais aparece na teledramaturgia, gênero sempre em evidência no Brasil. Na música, gêneros como as modas de viola e canções regionais concorrem para a formação do imaginário sobre a vida rural. Analisando a construção dessas expectativas, Urry (1999, p. 18) afirma: “Tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas não-turísticas, tais como o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os discos e os vídeos, que constroem e reforçam o olhar”.

Conforme Filippim e Hoffmann (2005), o turista rural realiza uma contraposição entre os espaços urbano e rural. Esse cisma é perceptível também quando se analisa o nível de desenvolvimento tecnológico que o visitante espera encontrar nos empreendimentos de turismo rural. A idéia de um espaço que permanece alheio à evolução tecnológica parece compor o imaginário dos visitantes e aparece também em manifestações artísticas populares.

Para Talavera (2000, p. 164), “o turista rural vê a si mesmo como único, como aventureiro explorador e aluno de culturas e natureza, às vezes vistas como a sua própria em outra dimensão temporal”. O pressuposto de revisitar a própria cultura em outro estágio de desenvolvimento revela uma idéia de atraso tecnológico das áreas rurais, como se essas permanecessem incólumes ao processo de desenvolvimento. O mesmo autor sustenta que esses aspectos determinam a necessidade de que os moradores locais sejam treinados para atender as expectativas dos visitantes, sendo necessário “reconstruir sua apresentação ante os

outros [...pois] os turistas passam a ter entidade cultural para os moradores e, com isso, as modificações realizadas, para satisfazer a demanda, em sua própria cultura” (TALAVERA, 2000, p. 164-165).

De acordo com Oliveira (2002, p. 18) “O turista entende como produto turístico tudo o que envolve, desde sua saída de casa até o retorno. Assim, fatores ‘para fora da porteira’ também influenciam muito na satisfação ou decisão de escolha do consumidor”.

A hospitalidade consiste em um dos temas mais recorrentes nas discussões teóricas da área de turismo na contemporaneidade, em especial no Brasil. Para Filippim (2004), essa preocupação acadêmica também evidencia a importância do tema em sua dimensão objetiva, ou seja, na prática e comercialização de produtos turísticos.

No que se refere ao meio rural, o caráter de acolhida parece compor um aspecto ainda mais evidente. Analisando o crescimento do turismo rural no Brasil, Oliveira (2002, p. 10) vaticina: “Tamanho riqueza de características soma-se à hospitalidade típica do brasileiro e, em especial, ao morador do interior, que ainda conserva muitos dos antigos costumes de convivência e relacionamento”. Como se vê, o desejo de bem receber não se limita apenas à oferta de hospedagem e refeições ao visitante, mas almeja desenvolver com este um contato mais estreito.

A fria impessoalidade de serviços tipicamente urbanos como, por exemplo, almoçar em um restaurante *fast food*, em que o cliente é avisado eletronicamente – através de um sinal sonoro ou visual – que seu prato está pronto, encontra um contraponto em seu equivalente interiorano, onde o visitante pode dar-se ao requinte de ouvir do próprio cozinheiro a história do prato. Assim, tem-se a evidência de que a hospitalidade rural busca estabelecer um contato de caráter mais caloroso com o visitante, na medida em que os próprios moradores e proprietários dos empreendimentos freqüentemente são os produtores dos serviços oferecidos.

O quadro descrito até aqui teve a função de apresentar um panorama da compleição do turismo rural na sociedade contemporânea. Considerando esses aspectos genéricos, realizou-se a investigação, prospectando os desdobramentos e especificidades dessa modalidade de turismo na região contemplada na pesquisa.

3.1 – O Meio-Oeste de Santa Catarina

O Governo do Estado de Santa Catarina promoveu, em janeiro de 2003, uma reforma administrativa através da qual foram criadas Secretarias de Desenvolvimento Regional. A intenção dessa ação governamental, segundo a lei que a instituiu, consiste em promover a descentralização das decisões e facilitar o desenvolvimento sustentável de cada uma das regiões do Estado, a partir de suas especificidades e demandas locais (SANTA CATARINA,

2003). O mesmo instrumento dividiu o território catarinense em 29 regiões, sendo posteriormente criada mais uma, nas quais foram instaladas as respectivas secretarias, que reproduzem nesse nível a estrutura do governo central.

A região contemplada na presente investigação corresponde aos municípios jurisdicionados na 7ª Secretaria de Desenvolvimento Regional, com sede em Joaçaba, e corresponde ao Meio-Oeste do Estado de Santa Catarina.

Os municípios apresentam características de ocupação e demográficas semelhantes. São cidades de pequeno porte, cuja ocupação acontece predominantemente a partir de meados do século XX, e foi realizada por descendentes de italianos, alemães e austríacos, além dos caboclos remanescentes do Conflito do Contestado.

Entre 1912 e 1916, a região foi palco de um dos maiores conflitos bélicos da História do Brasil, a Guerra do Contestado. Os Estados do Paraná e Santa Catarina disputaram uma área de aproximadamente 48.000 km², situada à margem direita do Rio do Peixe e tendo os Rios Iguazu e Uruguai como limites Norte e Sul. Até esse período, a região foi sendo ocupada por caboclos que se embrenhavam no sertão a fim de se estabelecer, sem contudo formalizar a propriedade dos imóveis (SANTOS, 2004). Paralelamente, a União executou o projeto de construção da Ferrovia São Paulo – Rio Grande, através de uma concessão feita à Brazil Railway Company, empresa americana sediada em Portland. Como pagamento pela execução da obra, o governo brasileiro ofereceu um trecho de 15 km de largura em cada margem da ferrovia, para que o mesmo fosse explorado pela companhia. Como a área em questão estava ocupada pelos sertanejos sem que os mesmos dispusessem de títulos de propriedade, estes foram expulsos de suas terras, o que acabou por redundar na eclosão de um movimento de revolta popular.

A fervorosa religiosidade do sertanejo imprimiu um caráter messiânico ao movimento de resistência, sendo que vários dos líderes dos caboclos se diziam reencarnação do Monge João Maria d'Agostini, um italiano que havia chegado ao Brasil por volta de 1844 e vagou pela região no final do século XIX, receitando remédios, fazendo pregações e oferecendo um alívio às mazelas da população, a ponto de ser considerado santo pelos moradores. O conflito, que acabou apenas em 1916, teve inclusive a primeira utilização do avião como veículo bélico no Brasil e estima-se que envolveu 20.000 pessoas. (SANTOS, 2004). O Homem do Contestado é um tipo humano singular, cujo *modus vivendi* marca a cultura regional, em aspectos como a gastronomia, a arquitetura, o linguajar e outras manifestações artísticas e culturais. Contemporaneamente, tanto os locais das batalhas como os lugares onde os monges faziam suas pregações ou acampavam, são objetos de visita turística, embora ainda não haja um fluxo consolidado.

No que se refere ao meio rural, objeto da pesquisa, nota-se que está em curso um movimento de redução do número de residentes (IBGE, 2005, DE MARCO, 2002). Conforme Radin (2003) a necessidade de migrar explica-se, em parte, pelo modelo econômico ligado à agricultura familiar e a busca de novas fronteiras agrícolas. Bastos (apud RADIN, 2003, p. 19) oferece um panorama do meio rural na região:

O campo envelheceu, masculinizou-se, perdeu a graça, o vigor, a fertilidade. A força física embarcou numa viagem em busca de outro destino. A estrada, o novo, o desconhecido não são maiores que as incertezas do presente [...]. Rapazes, moças, jovens casais são recrutados para trabalhar em [...]. No ano passado [*refere-se ao ano 2000*] as agências enviaram 700 jovens e estima-se que um número igual ou superior partiu pelo ‘boca a boca’.

O movimento de migração do campo para os centros urbanos, aqui descrito, também é perceptível em outras regiões do país, onde, de semelhante forma, o turismo rural pode apresentar-se como alternativa de recuperação do processo de estagnação econômica, social e cultural.

4. Resultados da pesquisa

4.1. Caracterização dos empreendimentos de turismo rural

A pesquisa levantou a existência de 21 empreendimentos na região pesquisada. Observa-se que há uma maior concentração nos municípios de Treze Tílias, que conta com 10 empreendimentos e Água Doce, com 4. No caso de Treze Tílias, observa-se que o Turismo Rural aproveita-se de um fluxo turístico já consolidado para a cidade e se apresenta como um atrativo complementar. Em Água Doce, o maior número de estabelecimentos dessa natureza em relação aos demais municípios explica-se a partir de dois fatores: a grande dimensão, já que o município representa mais que um terço da área territorial da região e a beleza cênica de suas paisagens, que conta com campos nativos e inúmeras cachoeiras. Além desses locais, o município de Joaçaba dispõe de dois empreendimentos e os municípios de Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d'Oeste e Luzerna, contam com um empreendimento do gênero cada. Note-se que há municípios da região que ainda não exploram a atividade. Os números foram obtidos através de consultas nas prefeituras locais, órgãos e pessoas ligadas ao turismo na área pesquisada.

No que tange à dimensão dos imóveis percebe-se que os mesmos dispõem de uma área média de 118,2 ha. No entanto, convém observar que apenas um dos imóveis conta com uma área de 1.819,4 ha. Assim, suprimindo-se este imóvel em função de sua dimensão atípica,

chega-se a uma média de 33,1 ha, o que se aproxima da média dos imóveis rurais familiares da região.

Entre os imóveis pesquisados, constatou-se que 15 deles, ou 71,4% informam que mantêm atividades agropecuárias no mesmo imóvel, enquanto 5, ou 23,8% não mantêm. Houve ainda 1 dos empreendimentos (4,8%) que não respondeu a essa questão. Embora haja uma maior concentração de respondentes que usam imóveis para atividades agrícolas, o número daqueles que trabalham apenas com turismo revelou-se significativo, uma vez que evidencia o vigor da atividade do ponto de vista econômico e, sob outro prisma, relativiza a importância da autenticidade das manifestações típicas, em especial dos processos produtivos tradicionais.

Tabela 1 – Principal atividade turística

Principal atividade	Quantidade	Freqüência
Camping	6	28,6%
Alimentação (para consumo local)	6	28,6%
Venda de produtos (venda p/turistas)	4	19,0%
Hospedagem	3	14,3%
Pesque-pague	2	9,5%
Total de Observações	21	100%

Fonte: Os autores

A Tabela 1 apresenta a atividade turística considerada principal pelos empreendimentos pesquisados. Note-se que se possibilitou a indicação de apenas uma alternativa para essa questão. As atividades que apresentaram maior número de indicações foram Alimentação (para consumo no local) e Camping, ambas com 6 respostas cada, o que equivale a 28,6% do total. Em seguida aparecem: venda de produtos, com 4 respostas ou 19,0%; hospedagem, que obteve 3 indicações (14,3%), e pesque-pague, que foi indicado por 2 empreendimentos, ou 9,5% do total.

Além da atividade considerada como a principal, vários empreendimentos mantêm outros serviços, infra-estrutura ou atrativos acessórios. Esses serviços estão discriminados na Tabela 2. Note-se que, nesse caso, era facultado ao respondente indicar uma ou mais alternativas.

Tabela 2 – Serviços oferecidos

Serviço infra-estrutura	Quantidade	Freqüência
Pescaria	12	57,1%
Trilhas ecológicas/caminhadas	11	52,4%
Restaurante/Refeições servidas na casa do produtor	11	52,4%
Atividades aquáticas (piscina, rios, cachoeiras, toboágua, etc.)	9	42,9%
Bar/lanchonete	9	42,9%
Passeios diversos (charrete, carroça, barco, etc.)	8	38,1%
Café colonial	8	38,1%

Comércio de alimentos da indústria caseira	8	38,1%
Área p/prática de esporte (quadra de esportes, bocha, etc.)	6	28,6%
Visita à produção agropecuária e turismo de conhecimento	5	23,8%
Hospedagem	4	19,0%
Cavalgadas/hipismo	3	14,3%
Visita à indústria rural	3	14,3%
Comércio de artesanato	3	14,3%
Turismo cultural (museu, ruínas, pontos históricos, etc.)	2	9,5%
Turismo religioso	2	9,5%
Educação ambiental (propriedade pedagógica)	2	9,5%
Esportes radicais (rafting, canoagem, rappel, asa delta, etc.)	1	4,8%
Total de Observações	107	

Fonte: Os autores

Perguntou-se aos responsáveis pelos empreendimentos se alguém, ligado à atividade turística, recebeu treinamento ou alguma espécie de capacitação específica na área. Os resultados indicam que apenas 12 empreendimentos (57,1%) contaram com alguma espécie de capacitação, índice que demonstra baixa preocupação com a profissionalização da atividade.

No que se refere ao tempo de instalação, verifica-se que há desde empreendimentos ainda em fase de instalação, até outros já consolidados, com mais de cinco anos de atividade. No entanto, a média é relativamente baixa, pois se encontra na casa dos 30 meses de atividade, o que demonstra o caráter recente da exploração do turismo rural na região.

Com relação à origem dos recursos para a implantação e desenvolvimento da atividade turística, os resultados indicam que 76,2%, ou 16 respondentes utilizaram recursos próprios, enquanto apenas 4, ou 19,0%, obtiveram recursos em instituições financeiras. Houve ainda 1 informante que não respondeu a essa questão. Esses resultados demonstram que o aporte de recursos provenientes do mercado financeiro é pouco significativo, sendo possível aventar dois vieses de explicação: as taxas de juros tradicionalmente altas e o caráter recente da atividade, que não permite uma conclusão clara acerca da efetividade dos resultados dos investimentos.

A capacidade de atendimento dos estabelecimentos varia em função da natureza das atividades e da dimensão dos empreendimentos. Assim, a Tabela 3 apresenta a capacidade de atendimento na atividade indicada como principal.

Tabela 3 – Capacidade de atendimento na atividade principal

Estabelecimento	Atividade Principal	Capacidade
Estabelecimento – 01	Alimentação	30
Estabelecimento – 02	Camping	50
Estabelecimento – 03	Camping	300
Estabelecimento – 04	Hospedagem	35
Estabelecimento – 05	Alimentação	50
Estabelecimento – 06	Venda de Produtos	40
Estabelecimento – 07	Alimentação	50
Estabelecimento – 08	Venda de Produtos	40

Estabelecimento – 09	Venda de Produtos	20
Estabelecimento – 10	Camping	20
Estabelecimento – 11	Pesque-pague	200
Estabelecimento – 12	Venda de Produtos	40
Estabelecimento – 13	Alimentação	75
Estabelecimento – 14	Hospedagem	400
Estabelecimento – 15	Alimentação	200
Estabelecimento – 16	Camping	80
Estabelecimento – 17	Camping	300
Estabelecimento – 18	Pesque-pague	100
Estabelecimento – 19	Hospedagem	50
Estabelecimento – 20	Alimentação	80
Estabelecimento – 21	Camping	100

Fonte: Os autores

A Tabela 4 apresenta as principais dificuldades indicadas pelos respondentes para o desenvolvimento da atividade. As respostas foram ordenadas em uma escala de notação que vai de 1 a 5, sendo que 1 representa sem importância; 2, pouco importante; 3, importância mediana; 4, importante; e 5, muito importante. A notação indica a média alcançada em cada aspecto avaliado para possibilitar a mensuração de cada quesito em relação aos demais.

Quando avaliados individualmente, os aspectos levantados encontram-se, em sua maioria, em uma faixa de importância mediana. No entanto, se tomados em perspectiva, os dados indicam que os aspectos de natureza econômico-financeira alcançaram uma notação maior, uma vez que a falta de recursos próprios atingiu uma notação de 3,71 pontos e foi seguida do custo do financiamento, com 3,67. Outras dificuldades relevantes são a falta de divulgação e de assessoria técnica para o desenvolvimento da atividade. Embora se ressalte que foram avaliados como aspectos medianamente importantes, observa-se que as restrições de legislação; a infra-estrutura (comunicação, energia, sinalização, etc.); e a qualidade das estradas, foram itens que alcançaram as menores notações entre as dificuldades enumeradas.

Tabela 4 – Dificuldades para o desenvolvimento da atividade

	Valor médio	Frequência
Falta de recursos próprios	3,71	10,2 %
Custo do financiamento	3,67	10,1 %
Falta de divulgação	3,25	8,5 %
Falta de assessoria técnica	3,25	8,5 %
Falta de capacitação	3,15	8,2 %
Pequeno número de clientes	3,15	8,2 %
Dificuldade de obtenção financiamento	3,10	8,5 %
Falta de mão-de-obra familiar	3,10	8,1 %
Falta de apoio do setor público	3,05	8,4 %
Legislação restritiva	2,80	7,3 %
Deficiência Infra-estrutura	2,75	7,2 %
Estrada de má qualidade	2,60	6,8 %
Conjunto	3,14	100,0 %

Fonte: Os autores

Com relação às perspectivas dos empreendedores em relação à capacidade de atendimento nas atividades turísticas já desenvolvidas, os resultados indicam que um

percentual de 76,2%, ou 16 dos respondentes pretendem aumentar suas atividades na área, enquanto 14,3%, que equivale a 3 respondentes pretendem permanecer como está. Há 1 informante (4,8%) que pretende diminuir as atividades e ainda 1 que pretende fechar o negócio. Esses resultados demonstram que há forte tendência de crescimento do turismo rural entre os empreendedores que já exploram a atividade.

Com relação à oferta de novos serviços turísticos nos próximos dois anos, observa-se que 16 respondentes (76,2%) irão ampliar a oferta de serviços, enquanto 19,2%, ou 4 respondentes não têm essa intenção. Houve ainda um dos empreendimentos que não respondeu à questão. Esses dados confirmam a tendência de crescimento entre os empreendimentos já existentes.

A Tabela 5 classifica os aspectos que foram mais importantes para a iniciativa de investir na atividade turística. Nesse caso também foi elaborada uma tabela de notação com escala de 1 a 5, sendo que 1 representa sem importância e 5 representa muito importante. Embora isoladamente todos os aspectos tenham sido considerados importantes ou muito importantes, destaca-se que, no conjunto, o fato de que a atividade turística se encontra em expansão atingiu a maior notação, com 4,38 pontos, seguida dos recursos paisagísticos da propriedade, com 4,19 pontos e da realização de aspiração ou sonho pessoal, que obteve 4,14 pontos. Entre os aspectos com menor notação estão a história do imóvel, que obteve 3,20 pontos e a disponibilidade de recursos, com 3,15. Observa-se novamente que a disponibilidade de recursos se apresenta como um limitador do crescimento do turismo rural na região pesquisada.

Tabela 5 – Aspectos importantes para a iniciativa de investir na atividade

Aspecto	Valor médio	Desvio-padrão	Parte
Atividade em expansão	4,38	0,67	16,8
Recursos paisagísticos da propriedade	4,19	0,93	16,1
Realização de aspiração pessoal	4,14	1,01	15,9
Oportunidade negócios por haver poucos empreendimentos do gênero	3,95	1,19	14,5
Sugestão de amigos ou parentes	3,40	1,43	12,5
História do imóvel ou entorno	3,20	1,51	11,7
Disponibilidade de recursos para investimento	3,15	1,23	11,5
Conjunto	3,79		100,0

Fonte: Os autores

A pesquisa investigou se havia visitação aos imóveis antes da exploração comercial da atividade. Os resultados indicam que esse fenômeno ocorria em 14 propriedades, ou 66,7%, enquanto não havia visitação anterior em 7 delas, o que equivale a 33,3%.

Com relação ao grau de formalização da atividade, observa-se que apenas 6 imóveis, ou 28,5%, encontram-se devidamente registrados, enquanto 15 (ou 71,5%) não estão registrados ou têm documentação parcial da atividade. Embora a pesquisa não tenha contemplado as razões da informalidade, é possível levantar como possíveis causas fatores como o caráter recente da atividade (em média 30 meses, conforme informado anteriormente) e a sazonalidade dessa modalidade de turismo, o que implica em custos para manutenção de um aparato burocrático de registros nos períodos de pouca ou nenhuma visitação.

5. Conclusão

A análise do turismo rural no Meio-Oeste de Santa Catarina, objetivo principal deste trabalho demonstra que a atividade encontra-se em expansão na área pesquisada. A consecuc o dos objetivos de pesquisa aqui apresentados demandou a caracteriza o dos empreendimentos do g nero na região e o levantamento de potencialidades e dificuldades encontradas pelos gestores no desenvolvimento da atividade.

Este trabalho representa um corte transversal do objeto de estudo, o que implica em alguns limites a uma análise da evolu o histórica do fen meno. No entanto, o caráter recente da opera o da atividade, evidenciado pelo pouco tempo de existência dos empreendimentos, demonstra uma tendência de crescimento do setor na região. Outro fator que contribui para essa conclusão   o fato de que uma parcela dos gestores buscou alguma espécie de treinamento ou capacita o para o desenvolvimento da atividade.

As possibilidades do turismo rural na região parecem estar associadas a dois fatores, considerando os resultados da pesquisa: a gastronomia típica, já que a maior parte dos empreendimentos oferece serviço de alimenta o e a beleza c nica da paisagem, uma vez que as áreas de camping e contempla o são igualmente numerosas.

As principais dificuldades enfrentadas pelos gestores da atividade são de natureza econ mica, já que os obstáculos citados de forma mais recorrente foram a falta de recursos próprios e o custo dos financiamentos, o que limita a capacidade de investimento.

A análise dos resultados também evidencia que a explora o da atividade turística reveste-se de um caráter de complementaridade às atividades tradicionais dos imóveis, ligadas   produ o agropecuária. Nesse mesmo sentido, observa-se um baixo  ndice de formaliza o dos empreendimentos junto aos órgãos públicos, o que também pode estar ligado a fatores como a sazonalidade da atividade, que demanda necessidade de gera o de renda nos períodos de baixa ocupa o, e também aos custos de manuten o de uma estrutura contábil, fiscal e

burocrática. A manutenção das atividades tradicionais, no entanto, consiste em fator positivo, uma vez que representa um atrativo adicional, ou, muitas vezes, principal do imóvel.

Novos trabalhos sobre a temática aqui discutidas parecem muito pertinentes, sendo recomendável uma análise qualitativa, que permita compreender o fenômeno sob um prisma que contemple nuances subjetivas dos respondentes. Um estudo de caráter longitudinal, investigando os mesmos empreendimentos e, se possível, os mesmos respondentes em momentos distintos também poderia proporcionar análises relevantes para a compreensão do tema em uma perspectiva temporal.

O turismo vem sendo apresentado como uma alternativa eficiente para a geração de emprego e renda. Segundo o *World Travel and Tourism Council – WTTC* (2006), o setor é responsável por 8,1% dos empregos no mundo. Analisando o cenário de migração que caracteriza os pequenos municípios da região, em especial as áreas rurais, De Marco (apud ROSA, 2005) faz o seguinte diagnóstico: “Os jovens não querem reproduzir o mesmo processo de trabalho dos pais, na agropecuária e indústria. Eles querem se ocupar com áreas pouco exploradas na região, como turismo, lazer, ecologia, comunicação, informática”. Não se propõe aqui que o turismo rural seja a panacéia de todos os males, no entanto a atividade seguramente pode ser incluída no rol das possibilidades de revitalização econômica, social e cultural da região.

6. Referências:

- BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 3.ed. Campinas: Papirus, 1998.
- DE MARCO, B. H. (org.). *Meio-Oeste em dados: síntese de indicadores e estatísticas socioeconômicas dos municípios da região da AMMOC – 1990/2001*. Joaçaba: Unoesc, 2002.
- FILIPPIM, M. L. *Turismo em fazendas-hotel: o rural como espaço turístico*. Balneário Camboriú, 2004. 110 f. Dissertação. (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Itajaí.
- FILIPPIM, M. L.; HOFFMANN, V. E. Turismo no espaço rural: uma nova fronteira para o simulacro. In: III SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2005. Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul: UCS, 2005. 1 CD-ROM.
- IBGE. *Censo demográfico 2000 – malha municipal digital do Brasil, 2000*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2005.
- OLIVEIRA, C. G. de S. *Viabilidade e sustentabilidade do turismo rural*. Brasília: SESCOOP, 2002. Disponível em <<http://www.turismocooperativo.coop.br>>. Acesso em: 10 dez. 2005.
- RADIN, J. C. Italianos e comunidades rurais no Oeste catarinense. In: RADIN, J. C., BENEDET, J. H. e MILANI, M. L. *Facetas da colonização italiana: planalto e oeste catarinense*. Joaçaba: Unoesc, 2003. Cap. 1, p. 19-121.

ROSA, D. Migração esvazia pequenas cidades. Florianópolis, *Diário Catarinense*, 07 mar. 2005. Caderno Página Quatro, p. 4.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. *Levantamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina: localização, categorização e descrição geral*. Florianópolis: Instituto Cepa, 2002.

SANTA CATARINA (Estado). *Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003: estabelece nova estrutura administrativa do poder executivo*. Florianópolis: 2003. Disponível em: < <http://www.sc.gov.br/> > . Acesso em: 10 dez. 2005.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional em Joaçaba. *Página Eletrônica da SDR Joaçaba*. Disponível em: < <http://www.sc.gov.br/sdr/joacaba/> > . Acesso em: 10 dez. 2005.

SANTOS, S. C. dos. *Nova história de Santa Catarina*. 5.ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

TALAVERA, A. S. O rural como produto turístico: algo de novo brilha sob o sol? In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIRARI, M.T. D. P. *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001. Cap. 7, p. 151-170.

TRIGO, L. G. G. *Cronologia do turismo no Brasil*. São Paulo: CTI/Terra, 1991.

TULIK, O. *Turismo rural*. São Paulo: Aleph, 2003.

TURISMO VISÃO E AÇÃO. Universidade do Vale do Itajaí, Curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria. Ano 2, n.4. Itajaí: Univali, fev. 2000. Semestral. ISSN 1415-6393.

URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 2.ed. São Paulo: SESC, 1999.

WORLD TOURISM AND TRAVEL COUNCIL. *Tourism satellite accounting*. Disponível em: < <http://www.wttc.org/tsa1.htm> > . Acesso em: 10 fev. 2006.